

Boletim

Nº 2.007 - Ano 44 - 5 de março de 2018

TRIBUTO À ARTE FEMININA

Dezenove obras do acervo artístico da UFMG produzidas por mulheres, trabalhos de seis artistas visuais contemporâneas e textos de 13 escritoras brasileiras compõem a exposição *Feminæ*, que será aberta nesta quinta-feira, dia 8, no saguão da Reitoria. A mostra representa um panorama da resistência das mulheres à perspectiva patriarcal.

Páginas 4 e 5

Livro faz radiografia do trabalho escravo em Minas Gerais

Página 8

Detalhe da obra *Morrem tantos homens e eu aqui tão só*, de Teresinha Soares, que foi exposta recentemente na Tate Modern, em Londres

A **EXCLUSÃO** política das **MULHERES** no Brasil

Marlise Matos*

As mulheres constituem, hoje, 51,7% da população brasileira. Elas correspondem a 44% das pessoas filiadas a partidos políticos no Brasil. Todavia, nossa representação nos parlamentos brasileiros é de apenas 10 a 15%, indicadores inferiores aos registrados em países como Afeganistão, Emirados Árabes e Arábia Saudita.

As mulheres brasileiras vêm, ao longo de anos a fio, promovendo mudanças radicais de maneira praticamente silenciosa, mas efetiva. Elas pararam de ter muitos filhos e passaram a estudar mais, decisões eficazes para transformar padrões de patriarcalismo e racismo coloniais. Em qualquer campo que olhemos, as conquistas das mulheres brancas e negras são uma verdadeira “revolução silenciosa”, que, no entanto, ainda não está concluída.

Em várias partes do mundo, inclusive, há evidências preocupantes de retrocesso em questões de gênero e na situação da mulher. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, de 2017, a paridade entre homens e mulheres diminuiu em todo o mundo e, ainda mais, no Brasil, cujo cenário é alarmante: o país despencou 11 posições em apenas um ano e está em 90º lugar. No ranking mundial de mulheres parlamentares, o Brasil caiu do 116º lugar para o 151º lugar em um universo de 193 países, tornando-se um “exemplo negativo”. Em 2017, a média mundial de mulheres parlamentares foi de 23,5%. Nas Américas, estamos atrás de todos os demais países, à exceção de Belize e do Haiti.

Costumo afirmar enfaticamente que a democracia representativa ainda se faz em boa parte do mundo e também aqui no Brasil na ausência e na exclusão das mulheres. Além do mais, as mulheres políticas também têm de enfrentar o desafio de desconstruir os lugares socialmente legitimados para seu trabalho, deslocando-se de uma atuação pautada exclusivamente em questões específicas dos grupos vulneráveis.

Alguns argumentos nas pesquisas internacionais nos socorrem para justificar a demanda por maior inserção política das mulheres: (1) com maiores porcentagens de representação feminina, o respeito e o reconhecimento social e político pelas mulheres também aumentariam; (2) a instituição política, por sua vez, teria mais e maior legitimidade perante os representantes das comunidades; (3) a identidade feminina não precisaria estar somente associada à esfera privada/doméstica como espaço de atuação legítima, mas poderia, finalmente, articular-se no espaço público de forma substantiva e não periférica; (4) existiriam, efetivamente, contribuições particulares que as mulheres poderiam trazer para diversificar e enriquecer a política.

As mulheres brasileiras precisam ocupar o poder no Brasil para, definitivamente, reinventar, por completo, a nossa tradição política; construir, na realidade e em bases efetivamente sólidas, o Estado laico, que objetiva o bem viver, um Estado pluralizado, heterogêneo, que faça valer a justiça social, econômica e política. Pense sobre isso nas próximas eleições. Uma reestruturação democrática no Brasil será feminista e antirracista, ou não será.

* Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero

LEGISLAÇÃO e participação **FEMININA**

* Júlia Rocha de Barcelos e Thaís de Menezes Gonçalves

No ano em que se completam 86 anos da conquista do direito de voto pelas mulheres, a participação feminina na política é ainda um problema a ser enfrentado: as mulheres correspondem a 52,43% do eleitorado brasileiro, segundo dados do TSE, mas, conforme indica o banco de dados da Inter-parliamentary Union, ocupam pouco mais de 10% das vagas na Câmara dos Deputados.

Com o objetivo declarado de alterar esse cenário, a Lei 9.504/97 prevê que os partidos e coligações devem “reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. Além disso, a Lei dos Partidos Políticos exige aplicação de 5% do total das verbas recebidas pelo Fundo Partidário “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”.

No entanto, diversos fatores impedem a conversão dessas medidas em representatividade no Poder Legislativo. Entre eles, destaca-se grave problema de fraude no cumprimento da lei: os partidos e coligações têm indicado candidaturas de mulheres que não têm a real pretensão de se tornarem vereadoras e deputadas. Elas não realizam campanha eleitoral, têm gastos zerados ou irrisórios e não recebem nenhum voto (segundo o TSE, 15.957 candidatas não foram votadas nas eleições de 2016, número seis vezes superior ao registrado entre os homens – 2.620). Em alguns casos, descobre-se que as “candidatas” realizaram campanhas em favor de outro candidato do partido ou coligação. Diversas ações foram ajuizadas pelo Ministério Público Eleitoral para coibir a fraude nas eleições de 2016 e cassar os mandatos dos vereadores beneficiados com a conduta.

Além disso, há um déficit de financiamento das campanhas femininas decorrente da ausência de democracia intrapartidária e agravado pela criação, em 2015, de teto de 15% para a destinação dos recursos do Fundo Partidário a candidaturas femininas, bem como pela ausência de critérios legais para aplicação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha criado em 2017.

Nesse cenário, constata-se a necessidade de engajar os partidos na transformação da cota prevista em lei em candidaturas reais e viáveis e promover a ampliação da participação feminina na política, mediante ocupação paritária dos espaços de poder.

* Assessoras da Procuradoria Regional Eleitoral em Minas Gerais (PRE-MG)

Marlise Matos e Thaís Gonçalves participam da primeira edição do Café Controverso de 2018, que promoverá discussão sobre os entraves históricos que dificultam a participação política das mulheres e a realidade contemporânea. O evento será realizado no sábado, 10 de março, às 11h, na Cafeteria do Espaço do Conhecimento UFMG. A entrada é gratuita, e o público pode participar da discussão.

DESTINO CERTO

UFMG mantém cronograma anual de coleta de resíduos; eletroeletrônicos serão recolhidos na próxima semana

Ana Rita Araújo

Nos dias 15 e 16 de março, serão recolhidos, no campus Pampulha, resíduos eletroeletrônicos como monitores, teclados, mouses, laptops, CPUs, rádios, impressoras, telefones, eletrodomésticos e materiais de comunicação e de informática. Integrantes da comunidade universitária poderão entregar equipamentos pessoais nas unidades acadêmicas ou diretamente no Departamento de Gestão Ambiental (DGA), órgão da Pró-reitoria de Administração.

O material institucional deve ter sido submetido a processo de desfazimento pelo setor de patrimônio de cada unidade. No ato da coleta, os responsáveis deverão assinar termo de compromisso fornecido pelo DGA, atestando que todo o lote está despatrimoniado.

A coleta de eletroeletrônicos é realizada desde 2013, com frequência trimestral. Os resíduos são doados a empresa especializada, pois as associações e cooperativas de reciclagem habilitadas não trabalham com esse tipo de material.

A iniciativa é parte do cronograma anual da Divisão de Gestão de Resíduos do DGA, que também recolhe, em datas específicas, poliestireno (isopor) para reutilização, pilhas e baterias, cartuchos e tóneres, vidros, cumprindo a logística reversa para esses resíduos, que são submetidos a criterioso gerenciamento, com o intuito de minimizar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

De acordo com o diretor do DGA, Túlio Vono Siqueira, esse trabalho está em sintonia com a legislação vigente – Licenciamento Ambiental do campus Pampulha e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais (PGRSE) –, que concentra as diretrizes para gestão de resíduos na UFMG. A coleta e destinação correta dos resíduos gerados configuram-se como de natureza indispensável. Sua paralisação pode causar prejuízos ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e de serviços de saúde da Universidade e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Coleta seletiva

Uma das principais iniciativas da Divisão de Gestão de Resíduos (DGR) do DGA é o Programa de Coleta Seletiva Solidária, realizado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com o Decreto 5.940/2006, que determina a segregação, na fonte geradora, dos materiais recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal, bem como a sua destinação a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Como explica o chefe da DGR, Ricardo Sales, a coleta seletiva na UFMG é feita em cada unidade, por meio das gerências de resíduos e dos serviços gerais, que providenciam locais próprios para acondicionamento dos recicláveis. O transporte desse material para cooperativas e associações habilitadas pela UFMG ocorre duas vezes por semana.

Químicos

Os resíduos químicos gerados nas atividades de ensino e pesquisa são recolhidos sistematicamente pelos geradores, em embalagens devidamente rotuladas, inventariados e encaminhados para os entrepostos de cada unidade, de onde são recolhidos pelo DGA, para tratamento e disposição final adequada. Em 2017, foram enviadas para tratamento 24,6 toneladas desse tipo de resíduo.



Foca Lisboa/UFMG

Resíduos eletroeletrônicos são recolhidos trimestralmente na UFMG

Criado em 2011, o Programa de Gerenciamento de Resíduos Químicos Perigosos (PGRQ) abrange ações como implementação de procedimentos operacionais para descarte e acondicionamento, treinamento dos usuários e realização de coletas por empresa especializada para tratamento e disposição final dessas substâncias.

No campus Pampulha, há unidades que geram grandes volumes de resíduos químicos, como o Departamento de Química, as escolas de Engenharia, Farmácia e Veterinária e o Instituto de Ciências Biológicas. Nelas, as coletas ocorrem a cada quatro meses, e o volume reunido é de três a seis toneladas por ano. Em unidades com pequena geração de resíduos, a coleta acontece anualmente.

Outros materiais

Responsável pelo gerenciamento dos materiais, a Universidade também lida com Resíduos Sólidos Especiais (RSE), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), resíduos orgânicos (restos de alimentos) e coleta de lâmpadas fluorescentes.

Todas as unidades geradoras de RSS com risco biológico têm seu próprio plano de gerenciamento, como exige a legislação, com etapas de identificação, segregação, quantificação, manejo e destinação final específica para cada grupo desses resíduos. Alguns devem receber tratamentos como autoclavação ou incineração, que garantam sua inativação microbiológica antes da disposição final em aterros.

Há 13 papa-pilhas distribuídos em unidades do campus Pampulha, incluindo o Restaurante Setorial II, a Biblioteca Central, a Reitoria e a Praça de Serviços. Periodicamente, a equipe da DGR recolhe as pilhas trazidas pela comunidade universitária e as encaminha para empresa responsável pela logística reversa. Em 2017, foi encaminhada para destinação adequada 1,3 tonelada desse material.

Anualmente, são coletadas cerca de 50 mil lâmpadas fluorescentes geradas na Instituição. A prestação de serviços é realizada de forma contínua, por empresa especializada, licenciada para coleta, transporte, descontaminação e recuperação dos materiais constituintes de lâmpadas fluorescentes e multivapores, para que sejam tratados ou reaproveitados em seu próprio ciclo produtivo ou no de outros produtos.



Obra da artista Sandra Bianchi, da coleção da Escola de Belas-Artes

ELAS veem o MUNDO

Saguão da Reitoria recebe 'Feminæ', mostra que reúne obras do acervo artístico da UFMG produzidas por mulheres

Ewerton Martins Ribeiro

Em meados do século passado, a escritora francesa Simone de Beauvoir já alertava: “A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta”. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, será aberta, no saguão da Reitoria, uma mostra cujo objetivo é dar visibilidade a uma outra representação do mundo: aquela que, em uma resistência artística a essa perspectiva patriarcal, foi e continua sendo construída pelas mulheres artistas brasileiras.

Organizada pela Diretoria de Ação Cultural, com curadoria de artes visuais dos professores Christiana Quady e Fabrício Ferdinandino, do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes, e curadoria literária de Vera Casanova e Leda Maria Martins, da Faculdade de Letras, a exposição *Feminæ* (em latim, a palavra remete a tudo aquilo que é relativo à mulher) é composta de 19 obras que, produzidas por mulheres e alusivas ao

universo feminino, integram o acervo artístico da UFMG. A elas foram acrescidos trabalhos de seis artistas visuais contemporâneas e textos de 13 escritoras brasileiras, várias delas integrantes ou ex-integrantes da comunidade acadêmica – de Adélia Prado a Ana Martins Marques, de Orides Fontela a Conceição Evaristo.

“Esta é uma exposição concebida como um tributo às muitas mulheres artistas e escritoras que passaram pela UFMG e deixaram aqui sua marca”, afirma a vice-reitora Sandra Goulart Almeida, acrescentando que essas vozes foram “tantas vezes silenciadas ou ignoradas”. “Assim”, ressalta a professora, “o que esperamos é que as obras e os textos expostos nos sirvam de inspiração e de resgate de uma memória sempre por reconstruir”.

O carro-chefe é a obra *Morrem tantos homens e eu aqui tão só*, de autoria de Teresinha Soares. Com crescente prestígio no cenário nacional e internacional, o trabalho foi recentemente levado a Londres para ser exposto na galeria britânica Tate Modern,

especializada em arte moderna. “Esse empréstimo exemplifica o trabalho que a atual gestão da DAC tem feito com o intuito de organizar e dar visibilidade ao acervo artístico da UFMG”, analisa a professora Leda Maria Martins, diretora de Ação Cultural. Durante o último ano, uma série de exposições temáticas com obras do acervo foram levadas aos campi da Universidade em comemoração aos 90 anos da UFMG.

“Todas as obras e textos traduzem, por meio de uma linguagem criativa, refinada e complexa, o poder de expressão estética dessas mulheres, sua sensibilidade poética”, assevera a curadoria literária da exposição. “De certa forma, estamos falando do mundo da poesia. Para a exposição, selecionamos textos que tratam da questão da mulher: tanto aqueles que caracterizam mais a própria autora, quanto escritos que representam mais seu olhar sobre o mundo”, detalha a professora Vera Casa Nova, da Faculdade de Letras da UFMG, e uma das curadoras literárias de *Feminæ*.

Viés político

A curadora Christiana Quady destaca o caráter inevitavelmente político da exposição. “Mostras como esta revelam narrativas sobre obras e artistas que, muitas vezes, foram empurradas para as periferias da história das artes e impedidas de alcançar distinção e legitimidade”, afirma. A curadora lembra que esse tipo de mostra não é exatamente uma novidade: “Exposições com esse perfil surgiram nos anos 1970, na esteira dos movimentos históricos relacionados à temática feminista. Foi quando se perceberam mais claramente as limitações impostas às mulheres, as limitações dos papéis que lhes eram oferecidos na sociedade e nas artes”.

Uma consequência dessa histórica privação pode ser notada nos espaços do cânone relegados às obras dessas artistas – e um exemplo é o próprio acervo artístico acumulado pela UFMG ao longo de sua história: das quase 1.700 obras que constam na coleção, menos de cem foram produzidas por mulheres.

Christiana Quady explica que, além de destacar as obras e artistas listadas, os curadores também buscaram realçar a diversidade e o ineditismo dos materiais usados e a quebra ou ruptura das hierarquias entre eles, uma particularidade da atuação feminina no campo das artes visuais. “No decorrer dessas décadas, em razão desse lugar à margem, as mulheres começaram a explorar materiais não institucionalizados nem considerados nobres”, conta a curadora. Exemplo dessa aplicação são as obras de tapeçaria da artista Marlene Trindade, que integra a exposição. “Ex-professora da Escola de Belas Artes, Marlene foi a principal introdutora da fibra e da tapeçaria na arte do Brasil”, informa o professor Fabrício Fernandino, também responsável pela curadoria artística.



Fotos: Raissa César/UFMG

Obra de tapeçaria de Marlene Trindade

Produzida pelas arquitetas Branca Peixoto e Bruna Cosfer, a expografia da mostra também é um indicativo dessa perspectiva criativa: em vez de se limitarem a oferecer suporte para as obras, as estruturas cenográficas reforçam sua temática. “Trabalhamos com tecidos e estruturas de ferro, simbolizando a leveza e, ao mesmo tempo, a força da mulher. Também sobreusemos tecidos opacos e translúcidos, de forma a aludir à multiplicidade e complexidade feminina, em suas várias camadas”, explica Branca. Graduada pela UFMG, as arquitetas dispuseram os tecidos de forma que sugerissem a conexão entre as obras – metáfora para a ideia de sororidade.

Exercício da diversidade

Feminæ reúne tapeçaria, escultura, instalação e telas. Para a diretora da DAC, a exposição representa um marco. “O que buscamos com ela é destacar a importância e os saberes dessas mulheres que fizeram e fazem parte da história da UFMG. A presença da mulher na Universidade foi e continua sendo importante não como ilustração, mas como competência instalada”, sustenta Leda Maria Martins. Ela integra o grupo de escritoras com textos incluídos na exposição. “Como diretora da DAC, o meu olhar sobre a cultura é o olhar que vem da poeta. Penso que a arte é um meio privilegiado de exercício da diversidade – algo tão caro ao nosso tempo”, diz.

A exposição foi desenhada, quase em sua totalidade, por mulheres. “A coordenação, parte da curadoria, parte da produção, as arquitetas da expografia, a designer, a relações públicas, a conservadora das obras, a revisora, a gerente financeira, as bolsistas – houve sempre o cuidado de priorizar mulheres na equipe em consonância com a temática da exposição”, destaca a curadoria da mostra.



Obra de Yara Tupynambá

Exposição *Feminæ*

Abertura: 8 de março, às 18h

Exibição: até 8 de junho, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h

Local: Saguão da Reitoria, campus Pampulha

Escritoras: Adélia Prado, Ana Caetano, Ana Martins Marques, Conceição Evaristo, Laís Corrêa de Araújo, Leda Maria Martins, Lucia Castello Branco, Maria Esther Maciel, Orides Fontela, Ruth Silviano Brandão, Salette Maria, Sônia Queiroz e Vera Casa Nova

Artistas do acervo: Ana Horta, Andréa Mendes, Anna Amélia Lopes Rangel, Arlinda Córrea Lima, Beatriz Coelho, Fayga Ostrower, Inês de Melo Sá, Irene Abreu de Paula, Letícia Grandinetti, Lúcia Marques, Marília Gianetti Torres, Marlene Trindade, Noêmia Motta, Paula Regis Junqueira, Sandra Bianchi, Teresinha Soares, Terezinha Veloso, Virgínia de Paula e Yara Tupynambá

Artistas convidadas: Annie Rottenstein, Christiana Quady, Dyana Santos, Mônica Sartori, Patrícia Franca-Huchet e Telma Chaves

Sentidos da **PRIVAÇÃO**

Imersão no cotidiano de jovens em situação de semiliberdade revela suas experiências, percepções e aspirações

Matheus Espíndola

A realidade dos adolescentes e jovens em débito com a justiça é, em geral, marcada pela ambiguidade de sentimentos: o anseio de reconquista da liberdade por meio da redenção dos atos ilícitos concorre com a dificuldade de superar os vínculos e compromissos estabelecidos com o submundo do crime.

“Esses jovens estão continuamente vivenciando situações limítrofes, na expectativa de deixar ou seguir com o crime, estudar ou abandonar a escola, viver ou morrer”, alega a pedagoga Jorddana Rocha de Almeida a despeito de uma condição juvenil que ela define como “trágica”. “A convivência em lares precários, o abandono, a violação de direitos, as recorrentes situações de risco e de violência são processos de desumanização vividos por esses jovens desde os primeiros anos de vida”, observa Jorddana, integrante do Observatório da Juventude, programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG.

Ela desenvolveu a pesquisa de mestrado *No fio da navalha: sentidos das experiências e projetos de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade*, defendida em julho de 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da FaE.

O trabalho de campo foi realizado em uma casa de semiliberdade do município de Governador Valadares, entre dezembro de 2015 e outubro de 2016. A pesquisadora teve acesso a documentos oficiais do programa e entrevistou nove de seus usuários, com idade entre 13 e 18 anos, todos do sexo masculino. (Do universo inicial de 16 entrevistados, alguns fugiram ou foram desligados da medida. Um dos jovens foi assassinado durante o período da pesquisa.)

“A pretensão de mudança de vida é minada porque o contexto já está consolidado. Muitos dos jovens integravam grupos em seus territórios, chamados por eles de ‘fechamentos’, e eram alvos de grupos rivais. Além disso, seguiam inseridos em um ciclo de exclusão social, expostos à violência e com seus direitos básicos violados”, afirma a pesquisadora.

Desafios

Durante sua imersão, Jorddana buscou “construir um diálogo de modo que os jovens se sentissem respeitados como seres humanos”. “Procurei dar atenção às suas dúvidas sobre minha presença, buscando uma aproximação humanizada, até conquistar confiança. Deixei claro que não me importavam as razões pelas quais estavam sendo responsabilizados”, relata.

Conforme o regime da casa, durante a semana os adolescentes só deixam o local para frequentar a escola ou cursos profissionalizantes, além de atividades físicas e de lazer monitoradas. Nos fins de semana, a liberdade é concedida como um benefício mediante bom comportamento. “Eles precisaram se adaptar ao funcionamento do espaço, à imposição de regras e às consequências das transgressões”, relata a pesquisadora.

Um código de ética entre os internos, segundo Jorddana, também regulava o convívio, refletindo uma lógica de poder semelhante à experimentada nas suas comunidades e periferias de origem. “Quem ‘vacilasse’ era repreendido ou mesmo violentado fisicamente pelos colegas”, descreve.

Penitência e recompensa

A revolta quanto à privação de liberdade foi um dos primeiros sentimentos detectados pela pedagoga. “Os jovens se sentiam estigmatizados. Incomodava, por exemplo, o fato de serem considerados os principais suspeitos dos delitos cometidos nos ambientes que frequentavam”, descreve.

A perspectiva de redenção, segundo Jorddana, é atrelada a pontos de vista distintos. “Aos poucos, os discursos incorporaram a ideia de ficar em dia com a sociedade e fortalecer o vínculo com os familiares. Assim, os jovens pretendiam mostrar para os agentes da medida socioeducativa, o juizado, a família e para a sociedade que estavam regenerados”, pontua.

A responsabilização e a punição pelos próprios erros, além da expectativa de conquista de um trabalho honesto, são fatores que também integram o imaginário de reafirmação dos jovens. “Eles se identificam, assim, com uma lógica socialmente convencional, sobre ‘se tornar homem’”, sublinha a pesquisadora.

Jorddana chama a atenção para o fato de que, entre os sujeitos da pesquisa, os anseios de mudança de vida estavam mais atrelados a uma questão estratégica do que, propriamente, de conscientização. “Prevalecia a lógica da busca pela recompensa: cumprir a medida de modo a retornar à liberdade o mais rápido possível. Tratava-se de uma representação mais ligada a um determinado enquadramento moral, que inclui o trabalho, a constituição de família e o vínculo religioso do que a uma incorporação e experiência de outros vínculos e suportes para sair do mundo do crime”, conclui a autora.

Dissertação: *No fio da navalha: sentidos das experiências e projetos de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade*

Autora: Jorddana Rocha de Almeida

Orientador: Geraldo Magela Pereira Leão

Defesa: 12 de julho de 2017, no Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social



Revolta pela perda da liberdade é sentimento recorrente em jovens que cumprem medida socioeducativa

CONSERVATÓRIO

Até 19 de março, o Conservatório UFMG recebe propostas de professores da Universidade destinadas à ocupação de uma de suas instalações. O objetivo é selecionar projeto educacional de cunho investigativo, preferencialmente das áreas de ciências humanas e artes, como dança, teatro, música e outras manifestações.

O projeto selecionado será desenvolvido de abril de 2018 a março de 2019 e não receberá apoio financeiro do Conservatório. As atividades devem ser oferecidas gratuitamente ao público, e o proponente assumirá o compromisso de oferecer duas apresentações por semestre referentes ao trabalho realizado no projeto, também com entrada gratuita.

As propostas serão avaliadas por comissão julgadora interna. O edital da chamada e o formulário de inscrição estão disponíveis no site do Conservatório: <http://bit.ly/1OxQBWH>.

PERCURSOS FORMATIVOS

Ampliar as estratégias de mediação da aprendizagem e colaborar para a formação de uma rede de compartilhamento de experiências do corpo docente da UFMG são os objetivos da nona edição dos Percursos Formativos em Docência do Ensino Superior (PFDES). Serão ofertadas 120 vagas, e as inscrições seguem até 16 de março, pela internet: www.ufmg.br/giz.

As atividades integram as comemorações dos dez anos da Diretoria de Inovação e Metodologias de Ensino (GIZ).

Destinados a professores e estudantes de pós-graduação da UFMG, os Percursos estão estruturados em encontros presenciais e atividades on-line, de 16 de março a 15 de junho, com carga horária de 60 horas. Estão programadas oficinas gerais de caráter teórico-prático, com o objetivo de ampliar e consolidar o repertório de metodologias de ensino e recursos tecnológicos empregados nos processos de ensino-aprendizagem.

Estudantes de pós-graduação que atuam em projetos e atividades de ensino no âmbito do programa ao qual se vinculam terão preferência na matrícula nesta edição do PFDES. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail giz-contato@prograd.ufmg.br e pelo telefone (31) 3409-6451.

TERCEIRA IDADE

O projeto Educação Física para a Terceira Idade, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, recebe inscrições de alunos com idade acima dos 45 anos. São ofertadas aulas de ginástica coletiva, ginástica postural, ginástica funcional, dança de salão, dança livre, dança sênior, hidroginástica, natação, informática e uso de tablets. A taxa semestral varia de acordo com a modalidade escolhida.



Divulgação

Atividade do projeto, que oferece oito modalidades

Interessados devem se inscrever na sala do projeto, que fica no segundo andar do prédio da Unidade, no campus Pampulha. As inscrições podem ser feitas até julho, às quartas-feiras, das 13h às 16h, e às quintas-feiras, das 8h às 11h. Os documentos necessários para o cadastro são RG, CPF e comprovante de endereço. Mais informações podem ser solicitadas pelo telefone (31) 3409-7440, pelo e-mail cenex@eeffto.ufmg.br ou na página da Unidade: <http://bit.ly/2BDUSfz>.

CROMATOGRAFIA

Estão abertas as inscrições para o curso de Cromatografia a Líquido de Alta Eficiência, que a Faculdade de Farmácia oferece nos dias 6 e 7 de abril. Com dez horas de aulas teóricas e seis práticas, o curso é destinado a profissionais farmacêuticos, químicos e afins, que atuam na indústria farmacêutica, química ou de alimentos, e a estudantes de graduação ou pós-graduação nessas áreas. As inscrições devem ser feitas até o próximo dia 23, pela internet: <http://bit.ly/2t2S8Wc>.

CURSOS DE LÍNGUAS

Termina em 16 de março o período de inscrições para os cursos de inglês e português como língua estrangeira do Centro Pedagógico da UFMG. Ministrado em parceria com o setor de idiomas do Colégio Técnico (Coltec), os cursos são destinados a crianças e adolescentes de 8 a 14 anos e terá seis turmas, distribuídas em três níveis – kids, teens e júnior. Matrículas devem ser feitas pela internet (<http://bit.ly/2iJU40P>). Mais informações podem ser obtidas no mesmo endereço, pelo e-mail secretariacoliufmg@gmail.com e pelo telefone (31) 3409-7527, a partir das 14h.

CRACHÁ PARA ESTRANGEIROS

A partir deste primeiro semestre de 2018, todos os estrangeiros na UFMG – estudantes, pesquisadores e professores – podem portar o crachá de identificação da Universidade, que segue o padrão das carteiras usadas por servidores e estudantes. O documento viabilizará o acesso às dependências da instituição, entre elas as bibliotecas e os Restaurantes Universitários (bandejeões). Para este semestre, está prevista a chegada de 150 estrangeiros.

“Além de facilitar a integração dos estrangeiros à comunidade, o crachá ajuda a UFMG a computar a presença deles e manter mais estreito o contato com esses visitantes”, salienta a professora Deise Dutra, diretora adjunta de Relações Internacionais. O pedido de confecção do crachá deve ser feito no Setor de Admissão Internacional, pelo telefone (31) 3409-3955 ou pelo endereço intercambios@dri.ufmg.br. Os documentos necessários para a emissão do crachá são o visto Temporário IV (estudante) ou visto Temporário I (pesquisador) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF), que pode ser solicitado on-line. A UFMG tem convênios vigentes com 420 instituições das Américas, Europa, África, Ásia e Oceania e recebe grande número de estrangeiros.

A ABOLIÇÃO por VIR

Em livro, professores da Faculdade de Direito demonstram que o trabalho escravo segue praticamente impune em Minas Gerais

Ewerton Martins Ribeiro

Na novela *O outro lado do paraíso*, da Rede Globo, a personagem Sophia, interpretada por Marieta Severo, mantinha os trabalhadores de uma mina de esmeraldas em condições de trabalho análogas às de escravos, o que terminou por lhe render a prisão, ainda que por pouco tempo. Em diversas localidades do território brasileiro, as condições de trabalho retratadas na ficção são, de fato, uma resiliente realidade – assim como a impunidade dos criminosos.

Só em 2016, quase 900 trabalhadores foram resgatados no Brasil em situação precária. “Minas Gerais foi o estado recordista, onde as equipes de fiscalização identificaram 328 trabalhadores em situação semelhante à de escravos”, registram os professores da Faculdade de Direito Carlos Haddad e Lívia Miraglia na introdução do livro *Trabalho escravo: entre os achados da fiscalização e as respostas judiciais*.

Disponível nas versões impressa e digital, o volume reúne resultados de investigações realizadas pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG, que presta assistência jurídica integral e gratuita a vítimas desses crimes. Os pesquisadores criaram no Google um mapa com os locais de Minas Gerais em que auditores fiscais do trabalho constataram, de 2004 a 2017, a ocorrência de trabalho análogo ao de escravo. O levantamento pode ser acessado por meio do link <https://goo.gl/maps/xEE2XagYRD2>.

Na obra, materializada com a colaboração dos pesquisadores Lucas Fernandes Monteiro, Marcela Rage Pereira e Marina de Araújo Bueno, os especialistas investigaram o abismo entre o número de denúncias que chegam a essas instituições e o número de julgamentos que de fato ocorrem, além da lentidão do trâmite desses processos judiciais. “A morosidade, fator que prejudica a efetividade da prestação jurisdicional, é problema antigo, mas que não tem suas causas investigadas a fundo, o que contribui para a perpetuação do problema”, explicam.

Avanços e limitações

Os elementos legais que configuram o trabalho análogo ao de escravo estão estabelecidos no artigo 149 do Código Penal e na Lei 10.803, que o modificou em 2003. “A Lei foi importante para o enfrentamento da escravidão, pois, anteriormente, o tipo penal era apresentado de forma sintética, não fornecendo elementos suficientes para identificação das formas pelas quais se reduz o



Falta de locais adequados para alimentação é uma das ocorrências mais comuns registradas por fiscais do trabalho em áreas rurais

trabalhador a tal condição”, escrevem os autores. Nos textos são indicadas quatro formas de se reduzir um trabalhador à condição análoga à de escravo: submissão a trabalhos forçados, submissão a jornadas exaustivas, sujeição a condições degradantes de trabalho e restrição da locomoção em razão de dívidas contraídas com o empregador.

No entanto, essa legislação tem sido incapaz de promover uma mudança dos paradigmas trabalhistas brasileiros, e o caso de Minas Gerais é emblemático. De 373 fiscalizações realizadas no estado entre 2004 e 2017 com base em denúncias, constatou-se trabalho escravo apenas em 157 casos, o que já sugere a fragilidade dos mecanismos jurídicos de identificação objetiva da prática. Em relação a esses casos, foram instaurados 118 inquéritos policiais, que resultaram, por sua vez, no ajuizamento de 79 ações penais. Consequentemente, 35 sentenças foram proferidas e resultaram em apenas 14 condenações envolvendo 21 réus. “Somente três dessas decisões transitaram em julgado”, relatam os pesquisadores. “Em um dos processos, consumou-se a prescrição retroativa da pretensão punitiva. No segundo processo, foram aplicadas multa e pena restritiva de direito. No terceiro caso, expediu-se mandado de prisão para execução da pena de quatro anos e seis meses de reclusão.”

Resumo da ópera: os 157 casos de trabalho escravo reportados pelos auditores fiscais resultaram em uma única prisão.

[Versão ampliada desta matéria será publicada nos próximos dias no Portal UFMG]

Livro: *Trabalho escravo: entre os achados da fiscalização e as respostas judiciais*

Coordenação: Carlos Haddad e Lívia Miraglia

Colaboração: Lucas Fernandes Monteiro, Marcela Rage Pereira, Marina de Araújo Bueno

Editora Tribo da Ilha (site para compra: www.ajajus.com.br)

296 páginas / R\$ 70